

## 6. Considerações Finais

Este trabalho provavelmente não logrou responder a todas as questões que seriam úteis esclarecer acerca da produção de ânforas do Baixo Império no extremo ocidente da Península Ibérica e mais concretamente do Centro Oleiro do Martinhal. Talvez esse fosse um objectivo demasiado ambicioso. No entanto, talvez se lhe possa atribuir o mérito de levantar ainda mais questões do que as já existentes, fazendo das mesmas um ponto de partida para o estudo daquilo que era a produção de ânforas e preparados de peixe no Algarve romano, o seu comércio e num mais largo espectro, entender as dinâmicas de consumo e produção desta região e outras circundantes, dos pontos mais ocidentais do Império Romano. Por outro lado, o estudo do período cronológico do Baixo-Império está ainda, talvez, longe daquilo que seria o ideal, em termos da quantidade de informação que temos, e das hipóteses que dessa informação se poderiam levantar. Além do mencionado, faltam estudos de carácter monográfico e uma investigação e publicação mais sólida para o Algarve.

A ausência de dados estratigráficos e espaciais dos materiais em muito dificultou a percepção de um dos pontos que sempre quisemos ver esclarecidos: a evolução tipológica das ânforas produzidas no Martinhal. Os poucos dados que temos correspondem às campanhas mais recentes, de 2006 e 2009. Os dados em relação à intervenção de 2008 não estão ainda publicados e não estarão em tempo útil de contribuir para este trabalho, embora saibamos que estarão publicados em breve. Estes dados seriam de crucial importância, já que abordam a existência de cetárias no Martinhal, cetárias essas, que continham ânforas ali produzidas. Este dado novo, talvez

mude o carácter com que se interpretava o centro oleiro do Martinhal, que passa, além de uma olaria, simultaneamente, a ser um centro de produtor de preparados piscícolas, ainda que em pequena escala e para consumo local. Aliás, como Catarina Viegas defende (2009:567), em relação às ânforas, o destino principal das produções lusitanas do Baixo Império terá sido mesmo o abastecimento de carácter regional. Talvez, o mesmo se possa aventar sobre os preparados de peixe, embora se tenham de considerar os testemunhos deixados por alguns naufrágios, com ânforas de centros produtores algarvios, que comprovavam uma comercialização com vista ao mercado exterior (VIEGAS, 2009:563). Aliás, como é defendido por vários autores, a produção de *garum* no sul da Lusitânia não parece configurar um modelo de produção dedicado exclusivamente ao consumo local no contexto dos estabelecimentos rurais (*villae*) (VIEGAS, 2009:563; FABIÃO, 1994), ao contrário do que tinha proposto Edmonson (1987).

No entanto, apesar de o Martinhal nos parecer paradigmático num contexto mais alargado da produção de ânforas do Baixo Império no extremo ocidente da Península Ibérica, os dados que aqui apresentamos, pelas limitações já referidas, e por aquelas que advêm da falta de tempo e de recursos comuns a uma tese de mestrado, formulam apenas hipóteses de trabalho.

Como já referimos, aquilo que se conhece dos centros produtores romanos algarvios é, ao que tudo indica, uma pequena parcela daquilo que era uma nada linear rede de povoamento e exploração de recursos na época romana. Embora recentemente se tenha notado uma tendência para aprofundar o conhecimento desta

região, sendo disso exemplo a tese de Doutoramento de Catarina Viegas (2009), ainda estamos muito aquém do desejável.

Apesar disto, parece estar comprovada a rede de relações entre centros de exploração marinha e centros oleiros. A proximidade parece ser um dos factores. Vejamos a relação próxima do Martinhal com o complexo industrial da Boca do Rio, a título de exemplo, ou mesmo a existência de cetárias no próprio sítio. No entanto, existem limitações em relação ao que sabemos sobre o Martinhal. Por um lado, desconhecemos, pelo menos com razoável grau de segurança, o verdadeiro cariz da primeira ocupação deste local. Por outro lado, apesar de o número de fornos nos indicar, assim como a localização, tratar-se de um grande centro produtor de ânforas, a quantidade de exemplares destas últimas, recolhido, parece estar aquém daquilo que seria de esperar. Este facto deve ser, no entanto, olhado com alguns cuidados. A rápida degradação de que tem sido vítima este sítio nas últimas décadas, e quem sabe nos últimos séculos, pode ter feito perder muito do espólio que lá se encontraria. Por outro lado, o sítio foi alvo de várias campanhas, por equipas diferentes, o que torna provável a distribuição dos materiais por vários locais, passando pelas mãos de diversos investigadores. Finalmente, seria quase impossível descobrir e escavar todas as entulheiras do sítio, e teria de ser tido em conta que esses dados teriam de ser avaliados sob a perspectiva de se tratar de ânforas defeituosas, descartadas ou partidas.

Apesar de tudo isto, procedeu-se, dentro do possível, a um estudo sistemático das ânforas aqui produzidas. Um dos objectivos propostos foi saber se as ânforas produzidas no Martinhal seriam distintas morfologicamente das ânforas lusitanas

produzidas em outros locais coevos, como no Tejo e Sado. Aquilo que os dados recolhidos nos permitem aventar é que não parece existir grande normalização de formas dentro dos vários centros produtores da Lusitânia, no que diz respeito a estas formas baixo imperiais, e o Martinhal não é excepção, podendo mesmo afirmar-se que será até paradigmático deste facto, pela enorme variedade de formas encontradas, dentro de cada tipologia. O “ar de família” está presente, pelo que se consegue enquadrar a maioria dos exemplares nas tipologias estabelecidas, mas não se verifica, de todo, uma normalização das formas. Algo que parece, no entanto, claro, é que as ânforas do Martinhal parecem ter, de forma geral, menor dimensão que as produções do Tejo e do Sado. Aquando do Curso de Iniciação à Cerâmica Romana em Portugal – compreensão das técnicas de fabrico e observação e descrição das pastas, proferido por Inês Vaz Pinto e Anne Schmitt a 28 de Fevereiro e 1 de Março, em Coimbra, a autora, teve oportunidade de lidar com algumas ânforas das tipologias Almagro 51 c, 50 e 51 a/b, que eram manifestamente maiores que as produzidas no Martinhal. Françoise Mayet (1990:33). Refere mesmo, que no sítio de S. Cucufate *“il semble bien que dès bords d’une amphore Almagro 51 c de plus en plus petite se trouvent jusqu’à la fin de l’existence de la dernière villa, vers le milieu du V<sup>e</sup> siècle”*. Esta diferença de dimensões é bastante notória quando analisamos os dados dos quadros apresentados no capítulo V (Fig. 24, 25 e 26), nos quais verificamos, com poucas excepções a referida diferença de dimensões

A questão que nos surge sobre este facto é a de saber se as ânforas do Martinhal são mais pequenas porque são tardias, ou se, por outro lado, o são porque é característico do centro produtor e não uma questão cronológica. Dado que os dados

cronológicos que hoje possuímos sobre o Martinhal são escassos, não é seguro respondermos a esta questão, que é, sem dúvida, importante. Mesmo as Almagro 50, comparando com as dimensões fornecidas por vários autores para outros sítios arqueológicos (MAYET, 1990; FABIÃO e CARVALHO, 1990; MORAIS, 1998), parecem ser menores. Uma excepção a este panorama são os exemplares desta forma apresentados por Ana Arruda e Carlos Fabião, originários da Quinta do Lago (Loulé), que apresentam, segundo os autores, dimensões inferiores às apresentadas como típicas da forma, com paredes pouco espessas e lábios estreitos e indiferenciados, marcados somente por um espessamento, ou salientes e triangulares, semelhantes, aliás, aos do Martinhal. Talvez as reduzidas dimensões sejam mais uma característica do Sul da Lusitânia, do que exclusivamente do Martinhal, sendo que se tratam, em geral, de produções mais tardias.

Por outro lado, é curioso verificar o pouco peso das Almagro 50 no contexto das produções do Martinhal, com apenas 15 exemplares. Apesar de ser uma ânfora presente muitas vezes em quantidades reduzidas em outros locais (MAYET, 1990:32, VIEGAS, 2009:366), o número parece aqui demasiado reduzido. Resta a dúvida se isto será causa de uma dificuldade na distinção entre formas, nomeadamente, entre a Almagro 51 c e a Almagro 50, ou se se dará apenas o caso de estas não terem sido sistematicamente produzidas. Ambas as hipóteses nos parecem ser insuficientes para explicar o reduzido número de exemplares desta tipologia. Se efectivamente, foram produzidas ânforas Almagro 50 no Martinhal, seria de esperar um maior número, ainda que inferior às produções de ânforas da tipologia Almagro 51 c e 51 a/b. Por outro lado, os exemplares encontrados têm características diferentes, portanto, terão

sido produzidos em alturas diferentes, ou pelo menos, em fornadas diferentes. Em conclusão, esta é uma questão que, por ora, ficará por esclarecer, mas pode ser indício da referida variabilidade e falta de normalização na produção.

A variedade formal dos bordos e fundos das tipologias produzidas no Martinhal são em grande número, o que impossibilita a criação de um “padrão”, no entanto, foram apresentadas, no capítulo anterior, as variações mais significativas dentro das diversas formas. Esta característica não parece ser inédita do Martinhal, tendo sido referida para outros sítios algarvios como os fornos de S. Bartolomeu do Mar, onde as Almagro 51 c apresentam uma grande variedade nos bordos, contrastando, porém, no que diz respeito aos fundos, com o Martinhal, já que nesses, existe uma maior homogeneidade (ALVES, DIOGO e REINER, 1990). Ou, em relação às Almagro 51 a/b de Faro, que Catarina Viegas (2009) indica como um tipo pouco uniforme de reduzidas dimensões.

Ao contrário do que era comum nos centros produtores de ânforas romanas do Baixo Império, a Almagro 51 c não tinha um lugar de destaque no total da produção. Pelo contrário, as Almagro 51 a/b, mais tardias, ultrapassam em número as da tipologia Almagro 51 c. Ainda que a diferença seja mínima - talvez se possa dizer que terão tido um peso idêntico - esta é uma característica a reter sobre o centro oleiro do Martinhal. Mesmo em sítios como *Balsa* ou Faro, a Almagro 51 c é, normalmente, a melhor representada (VIEGAS, 2009:245,367). Outros sítios acompanham a tendência do Martinhal, como S. João da Venda (Loulé) (VIEGAS, 2009:367; FABIÃO e ARRUDA, 1990:215-224), embora pareça que a primeira modalidade tenha sido a mais frequente.

O surgimento de uma ânfora de tipologia afim à Beltrán 65a levanta algumas questões. Por um lado, não se consegue integrar os fragmentos recolhidos seguramente em nenhuma outra tipologia, por outro, de todas as existentes, esta é a que melhor se enquadra, não só pelos paralelos formais, como também pela sua cronologia, que parece enquadrar-se naquilo que se conhece sobre a cronologia do Martinhal, tal como a dos outros tipos (Almagro 51 c, 51 a/b e 50). A quantidade dos exemplares recolhidos no Martinhal (5), não nos permite concluir nada em concreto, apenas aventar algumas hipóteses, como a de que esta forma teria sido resultado de uma produção experimental e isolada.

O achado de um fragmento queimado de *terra sigillata* clara D, da forma Hayes 61a, com uma cronologia de 325 a 400/420 d.C., durante a campanha de 1987 (SILVA, SOARES e CORREIA, 1990), num nível de funcionamento de um dos fornos, veio ao encontro do enquadramento cronológico até agora atribuído ao sítio do Martinhal, confirmado também pelas tipologias ali recolhidas. O *terminus* da produção não é, porém, tão claro como o período de funcionamento, mas as formas anfóricas tardias, como a aff da Beltrán 65a, as cerâmicas islâmicas recolhidas e a aparente continuidade de ocupação, ainda que com objectivos diferentes, talvez apontem, no caso da olaria, para uma cronologia razoavelmente tardia, em volta do século VI.

As condições naturais do sítio, assim como as logísticas, nomeadamente no que diz respeito à existência de matérias primas (o barro, a urze e claro, a água contida na enorme cisterna do sítio) e à localização propícia a uma comercialização marítima dos excedentes, fizeram do sítio do Martinhal um sítio propício à fundação de uma olaria, especializada na produção de ânforas (e uma produção secundária de cerâmica de

construção, como atestado pelo forno IX). A sua dimensão e a quantidade de fornos comprovam tratar-se de uma produção de moldes industriais, opondo-se à teoria de Edmonson que defendia que as produções anfóricas estavam, no actual território do Algarve, integradas em *villae*, assim como as indústrias de salga, complementando apenas, com um papel secundário, aquilo que seria uma economia agrícola (SILVA, SOARES e CORREIA, 1990). A proximidade com vários centros produtores de salga (Lagos, Senhora da Luz, Salema, Burgau e Boca do Rio) e, inclusive, as cetárias descobertas no próprio sítio (cujas dimensões se desconhece, assim como a existência de mais destes elementos), sugere, de igual forma, que o Martinhal seria crucial no seu abastecimento.

A aparente contemporaneidade da produção das Almagro 50, 51 c, 51 a/b e aff Beltrán 65a pode ser um indicador, como já o defenderam Silva, Soares e Correia (1990), que se destinariam a transportar preparados de peixe de natureza diversa. Por outro lado, a diversidade e riqueza de espécies encontradas no litoral algarvio, permitia uma igual variedade destes preparados.

Quanto às ânforas do tipo Almagro 50 e aff Beltrán 65a, não consideramos ter exemplares suficientes para propor nada a respeito de uma caracterização-tipo dos exemplares do Martinhal. Além do exposto, nos poucos exemplares que possuímos das duas últimas tipologias, existe, mesmo assim, considerável variedade, principalmente nas aff Beltrán 65a. Por este motivo e pelo facto de a atribuição tipológica não ser totalmente segura, optou-se por não incluir uma tabela comparativa de dimensões, como se fez para as restantes três formas.

A razão pela qual se atribuiu o título considerações finais a este capítulo e não conclusões, foi o facto de se considerar que este trabalho não deve, nem consegue, ser encarado como um epílogo, mas antes um ponto de partida. Seria útil e interessante, continuar a aprofundar a dinâmica de produção cerâmica e, mais concretamente, anfórica, nesta fase mais tardia do período romano. Perceber se a dependência das produções da Bética se transforma, efectivamente, em complementaridade, ou se, por outro lado, a produção lusitana cresce e se estabelece numa situação de independência em relação à Bética, no que diz respeito ao envase dos seus preparados piscícolas. Outro ponto, conseqüente do último, seria perceber ao certo quando houve esta mudança na dinâmica da Lusitânia produtora de preparados de peixe *versus* Bética exportadora de ânforas para o seu envase. Terá sido um processo lento, ou mais rápido? Seguramente posterior à “crise” do século III, ou mesmo conseqüente desta.

Outro ponto importante seria ter um melhor conhecimento do litoral algarvio, concretamente na sua componente subaquática. É questionável não existirem mais testemunhos subaquáticos deste comércio de ânforas e preparados de peixe. Ou será que este era feito, apesar das boas condições para o comércio marítimo, por via terrestre? Parece apesar de tudo, pouco provável.

Um conhecimento mais aprofundado dos centros de produção industrial de preparados piscícolas seria também de grande utilidade, nomeadamente para uma melhor compreensão daquelas que seriam as suas necessidades em termos de abastecimento de ânforas para transporte do seu produto. Quiçá, uma prospecção direccionada no sentido de melhor perceber esta dinâmica poderá trazer à luz do dia um maior número de complexos industriais de preparados de peixe e, mais

provavelmente ainda, um maior número de centros oleiros. O número de centros oleiros, produtores de ânforas, que hoje conhecemos no litoral Algarvio, parece não corresponder totalmente aos sítios produtores de preparados de peixe. Partindo do princípio que a independência da Lusitânia em relação à Bética, para o envase dos molhos de peixe, a partir do século III, foi real, será que os centros oleiros existentes, nomeadamente o Martinhal, teriam capacidade para produzir recipientes suficientes para cobrir a procura? E os outros centros oleiros?